a Página da Educação www.apagina.pt



Primeiros ciclos - Urgências

Extinguem-se as últimas delegações escolares. Aprende-se a lidar, à pressa, com a necessidade de protagonismo do vereador da Educação ou a aceitar-se, contrariado, a recusa do CAE em deferir o horário de Inverno. Os Cursos de Complemento de Formação transformaram-

-se numa espécie de Via Sacra a que a progressão na carreira obriga. Olha-se, entretanto, para o documento onde se anunciam e expõem as competências essenciais e pergunta-se o que fazer, então, com o programa que, pelos vistos, continua em vigor. Embora ninguém duvide que as provas de avaliação aferida não têm a função selectiva de um exame, não deixa de ser estranho que o Ministério da Educação continue a organizá-las, ano após ano, e os professores as entendam como um constrangimento curricular pertinente que justifica, da sua parte, a realização de períodos de preparação e de treino cuja finalidade tem mais a ver com os resultados a obter do que com a aprendizagem e a educação das crianças. Escarafunchando-se, para lá de toda a retórica entusiamante do 115 e dos ALFA, continua-se a defrontar o problema de uma rede escolar que se encontra longe de poder vir a ser objecto de uma solução estandartizada e tecnocrática. E quem fala disto ? Quantos falam disto e porque é que estes o fazem ?

Mas se importa afirmar que os problemas com que se defrontam todos os que têm alguma coisa a ver com o 1º Ciclo do Ensino Básico não se esgotam nesta lista, importa também reconhecer que existe, igualmente, um património pedagógico precioso e experiências de trabalho gratificantes e educacionalmente significativas que não poderemos desvalorizar. O 1º Ciclo é uma realidade bastante heterogénea que se defronta, hoje, com um desafio onde se corre o risco de negligenciar o essencial em detrimento do acessório, de se investir tempo e energias a gerir o burocrático ou o supérfluo em nome do pedagógico e, finalmente, a alimentar-se uma mudança que por não ser compreendida como um percurso a fazer corre o risco de se transformar em mais uma (des)ilusão.

Quanto tempo têm vindo a perder os professores do 1º Ciclo a descobrir como implementar a Área de Estudo Acompanhado, esquecendo-se que o acompanhamento do estudo dos seus alunos é uma tarefa diária cuja qualidade se afirma através do modo como diferenciam as propostas de trabalho, no modo como organizam o tipo de apoio que lhes disponibilizam ou no modo como promovem a avaliação dessas propostas ?

Quanto mal-estar sente uma professora quando não compreende o que é um projecto curricular de turma, embora planifique diariamente a sua intervenção educativa em função da identificação dos objectivos do programa, da caracterização das prioridades educativas dos seus alunos e de algumas linhas de orientação discutidas no princípio do ano lectivo no âmbito do Conselho de Docentes ?

Quanto esforço sem sentido protagonizam os docentes para responder às prescrições dos agentes da administração local, cujo investimento deveria centrar-se mais no apoio à definição e auto-avaliação das etapas de um percurso que só os professores e os seus alunos poderão delimitar, do que a exercer o papel de um juiz todo poderoso que apenas incomoda de uma forma gratuita e inconsequente?

No 1º Ciclo do Ensino Básico urge tanto transformar as práticas pedagógicas de muitos dos seus professores como importa repensar e mudar radicalmente a intervenção das estruturas de supervisão e de inspecção pedagógica, enquanto manifestação do poder de uma Administração que, centralmente ou localmente, parece nem ter compreendido que as mudanças desejadas não poderão acontecer, apenas e exclusivamente, em função de constrangimentos externos, nem saber, tão pouco, quais os tipos de constrangimentos que deverão ser exercidos. Em suma, uma Administração cujo papel oscila entre a acção desconfiada de um pai tirano e a obsessão messiânica de uns quantos voluntaristas iluminados.

Rui Trindade e Ariana Cosme / UP